



01 DE SETEMBRO DE 2016

Quinta-feira

- OBSERVATÓRIO DE DEFESA COMERCIAL DA CNI
- SALÁRIO MÍNIMO DEVE SUBIR DE R\$ 880 PARA R\$ 945,80 EM 2017
- PIB DO PARANÁ TEM QUEDA, MAS RECESSÃO PERDE FORÇA
- PLANO DE DEMISSÃO DA PETROBRÁS DEVE ATINGIR 8 MIL EMPREGADOS
- NOVO GOVERNO DEVE FOCAR EM REFORMAS E RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA, DIZ CAMPAGNOLO
- REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E DAS LEIS TRABALHISTAS DEVEM SER PRIORIDADES DE TEMER, AFIRMA PRESIDENTE DA CNI
- O QUE SABEMOS SOBRE A PROPOSTA DE REFORMA TRABALHISTA DE TEMER
- PENTE-FINO DO INSS COMEÇA COM 75 MIL BENEFICIÁRIOS DE AUXÍLIO-DOENÇA
- ANÁLISE: BRASIL VIVE A SEGUNDA PIOR RECESSÃO DE SUA HISTÓRIA
- CCJ DA ASSEMBLEIA APROVA SEIS PROJETOS DE NOVO "PACOTÃO" DO GOVERNO RICHIA
- UM CURIOSO EFEITO DA RECESSÃO PODE AJUDAR OS CARROS AUTÔNOMOS A GANHAR AS RUAS
- CHOQUE DE CAPITALISMO DE TEMER REVISITA O NEOLIBERALISMO
- TRABALHADORES DA USINA DO XISTO ENTRAM EM GREVE À ZERO HORA DESTA QUINTA
- BRASIL VIVE A SEGUNDA PIOR RECESSÃO DE SUA HISTÓRIA
- 'VEJO PELA FRENTE UMA MEIA ESTAGNAÇÃO', DIZ ECONOMISTA DA FGV
- ALTA DE TRIBUTOS FICA FORA DO ORÇAMENTO
- CNI: REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E TRABALHISTA DEVEM SER PRIORIDADES DO NOVO GOVERNO
- FRENAGEM AUTOMÁTICA AVANÇA NA EUROPA
- FORD LANÇA COMPARTILHAMENTO DE CARROS EM SÃO BERNARDO
- BMW CRIA SÉRIE EXCLUSIVA DA MOTO S1000 XR
- VOLVO BUS FORNECE GERENCIAMENTO DE FROTA À COLÔMBIA
- FCA INICIA RECALL DE 5,4 MIL CARROS NO BRASIL

- FATURAMENTO DE SETOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS CAI 27% EM JULHO SOBRE UM ANO ANTES
- TERMODINÂMICA ATÔMICA: O BOLO PODE ESFRIAR OU PEGAR FOGO
- NÚMERO DE FAMÍLIAS ENDIVIDADAS E INADIMPLENTES CRESCE EM AGOSTO, DIZ CNC
- PMI INDUSTRIAL DO BRASIL CAI A 45,7 PONTOS EM AGOSTO, REVELA MARKIT
- BANCÁRIOS PLANEJAM ENTRAR EM GREVE A PARTIR DA PRÓXIMA TERÇA-FEIRA
- NÃO HÁ NECESSIDADE DE AUMENTO DE IMPOSTOS AGORA, DIZ SECRETÁRIO
- MINÉRIO DE FERRO ATINGE MÍNIMA DE MAIS DE 1 MÊS NA CHINA ANTES DE G20
- FATURAMENTO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS CAI 8,5% EM JULHO, DIZ ABIMAQ
- INVESTIMENTOS E INDÚSTRIA APONTAM RECUPERAÇÃO DEMORADA DA ECONOMIA
- EMPRESARIADO REIVINDICA MEDIDAS ESTRUTURANTES
- JUROS ALTOS ADIAM A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA, AVALIA CNI
- ARTIGO: UM NOVO REFIS
- METADE DA INDÚSTRIA REGIONAL ESTÁ PARADA

CÂMBIO		
EM 01/09/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,241	3,242
Euro	3,628	3,630

Fonte: BACEN

Observatório de Defesa Comercial da CNI

01/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

A segunda edição de 2016 do **OBSERVATÓRIO DE DEFESA COMERCIAL** DA CNI, INTITULADA "**A UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS COMO FORMA DE PROTEÇÃO À INDÚSTRIA**" já está disponível. Acesse o link e boa leitura.

O Observatório de Defesa Comercial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem como objetivo informar e analisar assuntos de destaque e de interesse da indústria acerca dos instrumentos de defesa comercial (antidumping, salvaguardas e medidas compensatórias), contenciosos comerciais internacionais e temas relacionados.

Salário mínimo deve subir de R\$ 880 para R\$ 945,80 em 2017

01/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O governo estima que o salário mínimo, atualmente em R\$ 880,00, será elevado para R\$ 945,80 no ano que vem. O número faz parte da proposta de Orçamento para 2017, entregue ao Congresso nesta quarta-feira (31), prazo final para apresentação do texto. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), apresentada em julho, a previsão era um mínimo de R\$ 945,50.

Por lei, o reajuste do salário mínimo tem que ser feito com base na inflação apurada no ano anterior (o governo projeta inflação de 7,48% neste ano) e na variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Em 2015, o PIB encolheu 3,8%, portanto, esse indicador não é considerado na conta.

A regra de correção do mínimo aprovado no Congresso é válida até 2019.

Governo Temer deve ter medidas polêmicas desde o primeiro dia

O Orçamento de 2017 prevê ainda correção de 5% da tabela do Imposto de Renda e reajuste para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e outras carreiras ainda não aprovados no Congresso.

PLOA revela corte adicional de despesas de R\$ 5,3 bi para atingir meta de déficit

A equipe econômica finalmente detalhou as origens dos R\$ 55,4 bilhões em aumento de receitas necessárias para que o governo alcance a meta de déficit primário de R\$ 139 bilhões em 2017. No Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) do próximo ano, divulgado nesta quarta-feira (31), foi relevado quanto desse montante virá da recuperação da economia no ano que vem e quanto virá da venda de ativos. Ainda assim, o governo não escapou de ter que fazer novos cortes de despesas.

A melhora da projeção de crescimento da economia em 2017, agora em 1,6%, dará um reforço de R\$ 26 bilhões nas receitas administradas, incluindo nesse valor R\$ 11,8 bilhões previstos com a venda de ativos como Caixa Seguridade, Loteria Instantânea, BR Distribuidora e outras vendas de ações em posse do governo.

Já a estimativa de ganho de outorgas com o programa de concessões que ainda será anunciado foi acrescida em R\$ 18,4 bilhões. Outros R\$ 5,7 bilhões virão dos dividendos das estatais e a venda dos ativos do Fundo Soberano do Brasil.

Ainda assim, o governo não conseguiu chegar nos R\$ 55,4 bilhões em novas receitas conforme constava no anúncio da meta fiscal feito em julho. Por isso, para não ter que elevar impostos, não restou outra alternativa a não ser fazer um corte adicional de despesas de R\$ 5,3 bilhões.

Caso haja frustração de alguma dessas receitas, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, prometeu que o governo cortará ainda mais as despesas. O aumento de tributos continua sendo apenas a última alternativa para a equipe econômica.

PIB do Paraná tem queda, mas recessão perde força

01/09/2016 – Fonte: Bem Paraná



O Paraná registrou uma queda de 2,6% no Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre de 2016 na comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com dados divulgados ontem pelo IparDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social). A retração, contudo, foi menor do que a registrada no Brasil. De acordo com dados anunciados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o PIB brasileiro recuou 3,8% em relação ao mesmo período do ano passado.

Nas demais comparações, o Paraná também registrou um resultado melhor do que o Brasil. De janeiro a junho, o recuo do PIB no Estado foi de 3%, contra 4,6% do Brasil. Nos últimos quatro trimestres terminados em junho, a queda é de 3,7%, contra 4,9% do País.

Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, a retração brasileira no segundo trimestre foi de 0,6%, totalizando um Produto Interno Bruto (PIB) R\$ 1,53 trilhão. O IparDES não calcula essa relação para o Paraná.

O resultado do segundo trimestre no Paraná, embora negativo, aponta para um cenário menos pior do que o que o Estado vinha registrando, indicando alguns sinais de melhora, ainda que tímidos, de acordo com o presidente do IparDES, Julio Suzuki Júnior.

De acordo com ele, os números já indicam que a recessão vem perdendo fôlego no Estado.

“Ainda é cedo para falar em retomada, os números permanecem ruins, mas, provavelmente, mantidas as atuais condições, vamos fechar o ano com uma queda no PIB menor do que a registrada no ano passado, o que abre espaço para um 2017 de crescimento, ainda que pequeno”, diz. No ano passado, a economia do Paraná encolheu 2,8% e a do Brasil, 3,8%.

No segundo trimestre, dois setores do Paraná tiveram resultados melhores do que o do Brasil. A agropecuária teve variação negativa de 1,6% no segundo trimestre no Estado, contra uma queda bem mais expressiva, de 3,1%, no Brasil.

O setor de serviços, por sua vez, caiu 1,5%, contra uma retração brasileira de 3,3%.

Na agropecuária, a atividade foi afetada pela frustração da safra da soja, principal produto exportado pelo Estado, mas ainda assim o Estado obteve resultados melhores do que a média.

Plano de demissão da Petrobrás deve atingir 8 mil empregados

01/09/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo

A Petrobrás conta com a adesão de 8 mil empregados ao Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), que se encerra à meia noite desta quarta-feira (31). Segundo fonte da empresa, até a última sexta-feira (26), mais de 7 mil tinham aderido ao programa. Um novo balanço ainda não foi feito, porque a expectativa era de que muitos funcionários, até então em dúvida, se manifestassem no último momento.

Um número concreto das demissões apenas será conhecido em maio do ano que vem, prazo final para que todos os funcionários confirmem se querem, realmente, aderir ao PIDV. Os desligamentos acontecerão gradativamente.

Ao optar pela adesão, o empregado é imediatamente informado sobre a data de saída, que deve ser entre setembro deste ano e maio do ano que vem. Cada um deles tem até essa data para desistir da demissão.

A indenização é paga no desligamento, o que significa que o dinheiro vai sair do caixa da Petrobras aos poucos. De qualquer forma, não terá impacto no resultado financeiro da empresa, que já provisionou os gastos.

De acordo com a fonte, a petroleira foi conservadora ao reservar o dinheiro e parte deve ser devolvida ao caixa. A Petrobras identificou 12 mil empregados com potencial de adesão, porque estão mais próximos da aposentadoria. "Mas sabíamos que nem todos iriam aderir", afirmou.

Novo governo deve focar em reformas e recuperação da economia, diz Campagnolo

01/09/2016 – Fonte: Agência Fiep

Presidente da Fiep afirma que, superado o impeachment, momento é oportuno para que o Brasil discuta com seriedade mudanças estruturais para garantir desenvolvimento em longo prazo



Concluído o julgamento que confirmou o impeachment da presidente Dilma Rousseff, o Brasil deve virar a página e começar a discutir as medidas necessárias para recuperar a economia e pavimentar seu desenvolvimento em longo prazo.

A opinião é do presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, que afirma que, a partir de agora, o presidente efetivado Michel Temer precisa mostrar força política para conduzir, junto com o Congresso Nacional, um processo de transformação do país que possibilite a retomada dos investimentos e da geração de empregos.

“Com um novo governo assumindo em definitivo, é preciso que sejam adotadas imediatamente medidas que permitam o início da retomada do crescimento econômico e a recuperação dos quase 12 milhões de empregos perdidos nos últimos anos”, afirma Campagnolo. Para ele, é fundamental que, entre outras medidas, o governo dê

agilidade aos investimentos na área de infraestrutura e logística, por meio de concessões à iniciativa privada, e também encontre mecanismos para reduzir a burocracia, especialmente para empresas exportadoras.

Mais do que isso, o presidente da Fiep considera que o momento é oportuno para que o Brasil busque soluções concretas para uma série de problemas estruturais que hoje comprometem seu desenvolvimento.

"O governo e o Congresso Nacional, com a participação da sociedade, precisam colocar em pauta as reformas tão necessárias para o país, como a previdenciária, a trabalhista e a tributária, além da busca permanente pela redução da burocracia. São questões que precisam ser revistas para melhorar o ambiente de negócios no país, recuperar a confiança de investidores e possibilitar um crescimento sustentado em longo prazo", afirma.

Campagnolo afirma ainda que o novo governo precisa colocar em prática um ajuste fiscal que não se restrinja à proposta de limitação do aumento dos gastos públicos. "É preciso promover uma completa reestruturação da administração pública, com uma discussão séria sobre o tamanho do Estado, a redução de desperdícios e privilégios e o aumento da eficiência na aplicação dos recursos", explica.

Além disso, o presidente da Fiep cobra que Temer se comprometa a realizar um governo de transição, voltado a fazer os ajustes necessários para o país e não voltado para o simples objetivo de buscar a reeleição em 2018.

"Neste momento, precisamos de uma administração que encare com coragem as transformações de que o país precisa, e não de um governo que recue em determinadas questões por conta de interesses eleitoreiros", declara.

Reformas da Previdência e das leis trabalhistas devem ser prioridades de Temer, afirma presidente da CNI

01/09/2016 – Fonte: CNI

O desfecho do processo de impeachment e a consequente posse de Michel Temer na Presidência da República abrem o caminho para o entendimento em torno das reformas necessárias para garantir o futuro do país.

"Com o cenário político mais claro, é hora de alcançar consensos para decidir, com firmeza e determinação, o que precisa ser feito para deixarmos a crise no passado e retomarmos o crescimento econômico", diz o presidente da Confederação Nacional da Indústria (**CNI**), Robson Braga de Andrade.

Para ele, as medidas adotadas por Temer até agora estão na direção certa. Ajudaram a afastar o pessimismo e a restaurar, aos poucos, a confiança de empresários e consumidores. Exemplos disso, afirma Andrade, são a fixação de limites para os gastos públicos, a adoção de uma política externa voltada aos interesses comerciais do país e o compromisso de ampliar a participação da iniciativa privada nas obras de infraestrutura.

Mas é preciso avançar. "A nossa expectativa é que o governo seja perseverante com as reformas estruturais, necessárias para a solução de problemas crônicos do país. É urgente fazermos a reforma da Previdência Social e a modernizar a legislação trabalhista", afirma Andrade. Segundo ele, também é necessário ampliar os investimentos em infraestrutura, reduzir a burocracia e criar um ambiente mais favorável aos negócios.

Andrade avalia que a recuperação da atividade será lenta. Ele destaca que a CNI está

aberta ao diálogo e disposta a contribuir para o país superar as dificuldades, recuperar a confiança dos investidores e voltar a crescer.

O que sabemos sobre a proposta de reforma trabalhista de Temer

01/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O governo Michel Temer deve apresentar antes do fim do ano uma série de propostas para a reforma trabalhista. Elas estão sendo divulgadas aos poucos e, em alguns casos, já levantam críticas dos sindicatos. A meta do governo é deixar o mercado de trabalho mais flexível, com novos modelos de contratação e maior peso para a negociação coletiva.

Para as centrais sindicais, a maioria das medidas carrega o risco de retirada de direitos, o que deve forçar o governo a passar por uma negociação longa antes de levar esses assuntos ao plenário. Veja os assuntos que devem entrar na pauta da reforma:

Terceirização

O projeto que regulamenta a terceirização está pronto para votação no Senado e será apoiado pelo governo Temer. Entidades do setor produtivo pedem que não seja retirado o artigo que permite a terceirização de atividades-fim, aquelas que são seu objeto central de trabalho. Sindicatos devem pressionar para que esse item seja cortado.

Negociações

O governo Temer simpatiza com a ideia de se aprovar um projeto de lei permitindo que o negociado prevaleça sobre o que está escrito na lei quando houver acordo entre sindicatos e empregadores. Para avançar, essa proposta teria de delimitar o que poderá ser negociado. Devem entrar na lista coisas que estão na CLT e, talvez, um pequeno conjunto de direitos hoje assegurados na Constituição.

A amplitude do projeto, portanto, poderá variar bastante na mesa de discussões com empresas e sindicatos. Podem entrar na lista temas simples, como o intervalo intrajornada, e outros mais polêmicos, como décimo terceiro e férias.

Revisão da CLT

O debate da reforma deve levar a uma revisão ampla da CLT, considerada anacrônica por muitos juristas. O objetivo é que a lei se torne mais clara e breve. O governo garante que não retiraria direitos no processo, apenas adequaria o texto a uma realidade diferente de quando ele foi organizado, nos anos 40. Não ficou clara ainda a abrangência dessa revisão, nem como seria sua organização.

Novos contratos

A linha de trabalho mais nova no governo federal é a criação de novos modelos de contrato de trabalho, mais flexíveis que os atuais. Uma ideia é que seja permitido um contrato parcial, voltado para quem trabalha em dias e horas definidos. O objetivo é permitir, por exemplo, a contratação de funcionários apenas para trabalhos aos finais de semana.

O outro modelo, chamado de intermitente, é mais flexível. Ele é voltado para quem trabalha apenas quando há demanda. Serviria para contratações breves, sem periodicidade.

Pente-fino do INSS começa com 75 mil beneficiários de auxílio-doença

01/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O governo vai convocar nos próximos dias 75 mil cidadãos que recebem auxílio-doença para uma perícia de revisão, dando início ao pente-fino em 530 mil benefícios do tipo. As regras de notificação devem ser publicadas em portaria do INSS nesta quarta-feira. Quem não atender ao chamado em cinco dias terá o benefício suspenso.

Os primeiros convocados são os beneficiários de até 39 anos de idade, que equivalem a 14,3% dos 530 mil que são alvo da fiscalização. Eles receberão uma carta registrada, pelos Correios, conforme o Globo antecipou na semana passada.

Depois de receber a carta, o beneficiário terá cinco dias para entrar em contato com a Central 135, do INSS, para agendar a perícia, sob pena de ter o auxílio suspenso. O benefício será ativado apenas quando ele fizer contato com o INSS.

Caso o segurado não seja encontrado pelos Correios, haverá uma convocação por edital, em jornal de grande circulação. Se mesmo assim ele não se apresentar, o benefício também será suspenso.

A meta do governo é fazer a revisão do primeiro lote de convocados em cerca de 15 dias. O otimismo com o calendário vem do fato de praticamente 100% dos 2,5 mil médicos do INSS atuantes no atendimento terem aderido à força-tarefa de inspeção dos benefícios. Eles receberão RS 60 por perícia.

Se for verificado na perícia que a condição incapacitante para o trabalho não está mais presente, o segurado terá alta. Se ele continua doente, poderá ter o benefício revertido para aposentadoria por invalidez ou ainda manter o auxílio-doença.

Essa última hipótese é menos provável, porque todos os beneficiários incluídos no pente-fino anunciado pelo governo, em julho, estão há muito tempo afastados do trabalho.

São pessoas que recebem o auxílio há mais de dois anos, sem terem passado por perícia de julho de 2014 para cá. Por isso, caso não recebam alta, deverão ser aposentadas pelo INSS.

Além dos 530 mil beneficiários com auxílio doença, por onde a fiscalização do governo começará, 1,1 milhão de aposentados por invalidez com até 60 anos de idade também serão chamados.

No caso deles, vale o mesmo critério de estarem há mais de dois anos sem passar por perícia do INSS.

Análise: Brasil vive a segunda pior recessão de sua história

01/09/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

A severidade de uma recessão é normalmente medida por dois critérios: sua duração em trimestres e o tamanho da queda acumulada da produção econômica.

O atual ciclo recessivo brasileiro, iniciado no segundo trimestre de 2014, acaba de se tornar o segundo pior da história nos dois quesitos.

Dura nove trimestres, empatando com a recessão que se estendeu entre janeiro e março de 1981 e o mesmo período de 1983, embora perca ainda para o ciclo de 11 trimestres verificado entre o fim de 1989 e o início de 1992.

Já a queda acumulada da atividade soma 7,9%, contra 8,5% da mais profunda recessão, que foi a do início da década de 80.

A atual recessão —a nona vivida pelo país desde 1980— tem uma peculiaridade em relação aos outros ciclos. É a primeira desde que há dados trimestrais disponíveis em que o PIB cai por seis trimestres consecutivos. Até então, a pior sequência de contrações eram quatro seguidos.

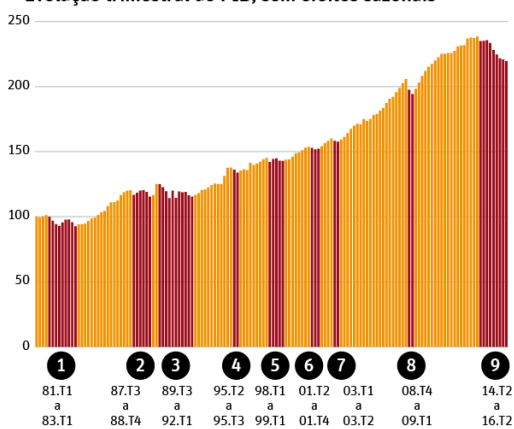
Embora recessões sejam períodos de queda contínua e generalizada do nível da atividade econômica, isso não implica contração ininterrupta do PIB.

Editoria de Arte/Folhapress

BRASIL VIVE A 2ª PIOR RECESSÃO

Ciclo atual já dura nove trimestres*

Evolução trimestral do PIB, sem efeitos sazonais



QUANTO O PIB CONTRAIU EM CADA PERÍODO RECESSIVO (%)

Os períodos

1	De 1981.T1 a 1983.T1	-8,5
2	De 1987.T3 a 1988.T4	-4,2
3	De 1989.T3 a 1992.T1	-7,7
4	De 1995.T2 a 1995.T3	-2,8
5	De 1998.T1 a 1999.T1	-1,6
6	De 2001.T2 a 2001.T4	-0,8
7	De 2003.T1 a 2003.T2	-1,3
8	De 2008.T4 a 2009.T1	-6,2
9	De 2014.T2 a 2016.T2	-7,9

* A série com a metodologia de cálculo usada atualmente pelo IBGE tem início no primeiro trimestre de 1996. Os dados anteriores a isso se referem a uma metodologia antiga de cálculo, mas são usadas, por exemplo, na datação das recessões desde 1980
Fonte: Ipeadata, IBGE

A produção total de bens e serviços não é a única medida importante da atividade econômica. Oscilações no nível do emprego e da renda também são indicadores relevantes para determinar se a economia vive um ciclo de expansão ou retração.

Portanto, a produção total de bens e serviços de um país pode crescer por um breve período e voltar a recuar, mantendo a economia em um ciclo recessivo. O contrário também é válido.

Isso significa que, embora muito citado, o conceito de dois trimestres consecutivos de queda da produção como definição de recessão, geralmente, não é levado em conta pelos institutos independentes responsáveis pela chamada datação de ciclos econômicos dos países.

A atual recessão brasileira, por exemplo, começou no segundo trimestre de 2014, quando o PIB recuou 1,2% em relação aos três meses imediatamente anteriores. Os dois trimestres seguintes, no entanto, foram marcados por uma estagnação e uma leve expansão de 0,2%, respectivamente. Depois, o PIB voltou a recuar.

"Foi muito difícil datar o início dessa recessão. O PIB recuou, depois se estabilizou. A produção perdeu fôlego, mas o desemprego permaneceu baixo por muito tempo", diz Paulo Picchetti, um dos membros do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), da FGV.

Com o conjunto de dados divulgados até agora, a recessão atual pode estar caminhando para se tornar a pior da história do Brasil. Mas o cenário é marcado por muitas incertezas, o que dificulta essa projeção.

Segundo o economista João Victor Issler, o comportamento da Bolsa de Valores é um forte indicador do que ocorrerá com a atividade econômica. O investimento em renda variável indica o aumento do nível de dividendos que serão pagos no futuro.

"Esse movimento no Brasil sempre antecede o crescimento da produtividade e a Bolsa já sobe há quase sete meses", diz ele que é membro do Codace e do Centro FGV de Crescimento e Desenvolvimento.

Leonardo Fonseca, economista do Credit Suisse, menciona indicadores como a produção da indústria que também vêm recuperando terreno e apontam para uma possível inflexão do ciclo econômico.

O banco revisou recentemente sua projeção de variação do PIB para este ano de -3,5% para -3%.

A continuação desses sinais incipientes de melhora da economia, no entanto, depende principalmente da aprovação das reformas para reequilibrar as contas públicas, ressalta Fonseca.

"Toda a questão do crescimento está condicionada à aprovação de medidas como o teto proposto pelo governo para limitar a expansão dos gastos públicos", diz.

Ainda que o período econômico atual não entre para a história como a pior recessão da história, a retomada que pode se avizinhar dificilmente será rápida como as registradas anteriormente no país.

Picchetti ressalta que isso se explica pelas próprias causas da crise, como o desequilíbrio fiscal.

"O governo não pode estimular a economia aumentando gastos porque foi uma crise fiscal que nos colocou nessa situação. Ainda não pode cortar juros porque a inflação permanece alta".

Ao esgotamento da política econômica se somam o endividamento alto de empresas e famílias e a fraqueza da economia global.

Um estudo do Credit Suisse mostra que países que enfrentam dois anos seguidos de recessão —fato já considerado certo no caso do Brasil— experimentam queda na capacidade de crescimento que tinham antes do início da crise.

Tudo isso significa que a produção e a renda brasileiras podem demorar anos para retornar aos níveis anteriores ao início da atual recessão.

CCJ da Assembleia aprova seis projetos de novo “pacotão” do governo Richa

01/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Paraná aprovou, nesta quarta-feira (31), os seis projetos que fazem parte do novo “pacotão” do governo do estado que tramita na Casa. As propostas ainda precisam passar pela Comissão de Finanças antes de chegarem ao plenário. A intenção da base aliada é aprovar todas elas até o fim de setembro.

Inicialmente reunidas em 153 artigos num único texto, as medidas têm o objetivo de levantar recursos para aumentar a capacidade de investimentos do governo em 2017.

Logo de cara, porém, as propostas encontraram forte resistência da própria bancada governista e, também, de grupos da sociedade civil organizada, como o setor produtivo e a Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR).

Diante da pressão, o Executivo concordou em fatiar o texto em seis projetos distintos. Um deles prevê a criação de uma taxa a ser cobrada de grandes empresas que são usuárias de água não tratada e de recursos minerais, permitindo uma arrecadação anual extra de R\$ 100 milhões.

Ao setor produtivo, o governo se comprometeu a explicitar no texto, por meio de uma emenda, que a cobrança vai incidir apenas sobre a energia vendida para outros estados.

Da mesma forma, deve ser expandida a isenção a uma série de minérios que são amplamente utilizados na construção civil e na agricultura.

Também deve haver alteração na liberação ao Executivo para vender ações com direito a voto de empresas estatais, desde que o controle acionário seja mantido. Considerando somente a Copel e a Sanepar, por exemplo, a expectativa era arrecadar R\$ 2 bilhões. A tendência, no entanto, é que a Copel saia do texto.

Divisão

Em linhas gerais, o “pacotão” é subdividido entre o processo administrativo fiscal; as taxas de controle e monitoramento de recursos hídricos e minerais; a instituição do Conselho de Controle das Empresas Estaduais; a base de cálculo do ICMS de origem em outra unidade federada; a prestação de serviços da Companhia de Habitação do Paraná; e as taxas de veículos de propriedade das empresas locadoras.

Um curioso efeito da recessão pode ajudar os carros autônomos a ganhar as ruas

01/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Dois pesquisadores afirmam que descobriram uma curiosa relação entre os acidentes de trânsito com vítimas fatais e a taxa de desemprego – e este achado pode ter implicações importantes para a próxima geração das tecnologias no setor automotivo, incluindo carros autônomos.

Menos pessoas morrem em acidentes com veículos quando a economia está piorando. Esta é a principal conclusão do estudo feito por Clifford Winston, pesquisador da Brookings Institution, e Vikram Maheshri, professor de Economia na Universidade de Houston.

Winston e Maheshri afirmam que a cada 1% de aumento no desemprego, as mortes anuais no trânsito diminuem em cerca de 5 mil. O dado por si só já é bastante revelador. Mas mais importante ainda é a razão por trás dessa ligação: isto acontece porque, em momentos de recessão, os motoristas mais imprudentes permanecem longe das ruas, segundo os pesquisadores.

Como eles chegaram a essa conclusão? Bem, mostraremos as especificações do estudo logo mais. Mas a conexão com carros que dispensam motoristas é clara: se veículos total ou parcialmente autônomos podem ajudar condutores de risco a se deslocar de forma mais segura, poderemos ser capazes de atingir a mesma redução em mortes no trânsito que os pesquisadores observaram durante períodos de economia fraca sem ser preciso, de fato, passar por uma recessão.

O estudo de Winston e Maheshri provavelmente não seria possível sem a utilização de algumas tecnologias avançadas que estão começando a se tornar populares. Eles se basearam em dados da companhia de seguros State Farm, coletados pela empresa por meio de motoristas que concordaram em ser rastreados (provavelmente na esperança de conseguirem descontos em suas apólices).

Este tipo de informação a nível individual deu aos pesquisadores insights demográficos e comportamentais valiosos – permitindo um tipo de análise que não seria encontrada em dados nacionais mais genéricos sobre o total de quilômetros percorridos pelos veículos, uma métrica nebulosa e imprecisa.

Ao entender quantos motoristas têm mais de 60 anos, dirigem carros antigos que podem não ser tão seguros, estiveram envolvidos recentemente em um acidente ou não vivem com uma família – todos fatores de risco –, os pesquisadores puderam comparar o comportamento no trânsito destes grupos em relação a outras estatísticas demográficas. E o que eles descobriram é que os motoristas que se arriscam mais dirigem menos, noção reforçada pelo número de quilômetros percorridos por eles.

Dúvidas

Os dados da State Farm podem ser questionados pelo fato de virem de motoristas que optaram por aderir ao programa de monitoramento da seguradora e que,

provavelmente, já são mais cuidadosos do que a média. E os números também são restritos ao estado de Ohio, o que não representa a situação de todo o país.

O estudo também não explica exatamente porque a recessão tem esse efeito sobre as mortes no trânsito: é possível que pessoas de meia idade (adultos entre 45 e 65 anos) que não estão no grupo de risco precisem trabalhar mais em tempos de crise econômica, e portanto, tenham que dirigir mais para realizar esse trabalho. Ou que motoristas que estaticamente são mais propensos a se envolver em acidentes saiam menos às ruas porque percebem um risco maior durante momentos instáveis (como recessões).

Mesmo assim, defendem os pesquisadores, os achados ilustram ao menos como diferentes grupos podem se beneficiar de tecnologias de direção autônoma, e dão uma noção de como a adoção massiva desses veículos poderia diminuir o número de mortes no trânsito.

A automação de veículos pode efetivamente tirar da rua motoristas imprudentes ou descuidados, substituindo os efeitos do desemprego vistos por Winston e Maheshri no estudo. Essa tecnologia também poderia permitir que esses condutores continuassem participando da vida econômica do país, o que evitariam se precisassem continuar recorrendo aos carros "tradicionais". Mas aí isso já é assunto para outra hora.

Choque de capitalismo de Temer revisita o neoliberalismo

01/09/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Houve um tempo no Brasil em que o rótulo de "neoliberal" era a crítica principal contra o governo. Foi nos anos 90, quando um conjunto de privatizações, abertura comercial e reformas em áreas como previdência e trabalho serviram para unir um discurso anticapitalista. Agora, o governo de Michel Temer promete reatar o país com essas ideias, com uma espécie de "choque de capitalismo". Ele deve se preparar para ouvir o mesmo discurso.

Duas décadas depois do auge da crítica ao neoliberalismo, o termo parece quase vazio de significado. Na prática, as reformas dos anos 90 foram um imperativo prático que não tinham muito a ver com a conversão ideológica das lideranças no Brasil e em outros países da América Latina.

Encurralados por uma década de isolamento provocado pela crise da dívida, muitos governos da região aceitaram que não tinham opção que não fosse aceitar um papel mais relevante dos mercados.

O rótulo neoliberal servia para desqualificar qualquer coisa que soasse como uma redução do papel do Estado. Conforme o mundo foi abalado por crescentes crises financeiras, a crítica ganhou musculatura e serviu como plataforma para uma mudança política no início dos anos 2000, inclusive no Brasil.

Os críticos do neoliberalismo tiveram uma chance única e, como mostra o desempenho da economia brasileira nos últimos quatro anos, sua solução alternativa não se mostrou sustentável.

O governo Temer não tem muitas opções, como nos anos 90, mas provavelmente seu choque de capitalismo será muito gradual. Haverá resistência a medidas mais profundas, de todos os lados do espectro ideológico, inclusive na ala política que assessora o presidente – ele mesmo fruto de um governo que criou as “políticas anticíclicas” que desembocaram na crise. Eles iriam por outro caminho se tivessem escolha.

A falta de uma convicção real sobre qual a forma de economia que o país quer é o grande buraco nas escolhas do governo. Isso aconteceu nos anos 90, quando, no fundo, não houve a abdicação do Estado grande. No Brasil, entramos nos anos 90 com uma carga tributária pouco maior de 20% do PIB e ela chegou a 30% no fim da década.

Continuou crescendo até o ano passado. O governo não abriu mão, mesmo no auge das privatizações, de ter uma mão forte em vários setores – é o que explica o peso atual do BNDES e o tamanho dos bancos públicos.

Há bons fundamentos teóricos para o país escolher um caminho liberal de fato, com maior liberdade econômica e um sistema político menos marcado pelo compadrio. Mercados integrados à economia internacional são mais produtivos e ricos. Empresas privadas, expostas à competição e em países com bom ambiente regulatório, prosperam mais do que aquelas que são protegidas, estatais ou não, ou do que aquelas que operam em ambientes inóspitos.

Temer tem a chance de – se resistir à crítica contra o neoliberalismo e à pressão de fazer o governo crescer para atender grupos de interesse – dar início a uma transformação no debate sobre o papel do Estado. Fazer concessões, privatizar empresas e atualizar marcos regulatórios são um bom recomeço, desde que o benefício para o país seja claro.

Nada disso significa vender o país no mercado paralelo para as multinacionais ou provocar a pobreza e a desigualdade, como dizem os críticos das reformas. Boa política econômica é aquela que consegue inserir mais pessoas ao universo do trabalho, com acesso a bens de consumo e serviços.

Trabalhadores da Usina do Xisto entram em greve à zero hora desta quinta

01/09/2016 – Fonte: Bem Paraná



Os trabalhadores da Usina do Xisto (SIX), em São Mateus do Sul, irão paralisar as atividades a partir da zero hora desta quinta-feira, 1. O motivo é a decisão da empresa de reduzir a tabela do turno ininterrupto de revezamento de oito para seis horas. Como as negociações não avançaram, o Sindicato vai iniciar o movimento grevista em cumprimento das deliberações da assembleia do último dia 25.

Segundo comunicado enviado pela SIX, a nova tabela com a carga horária menor seria implantada a partir de 1º de setembro. A empresa alega que a medida se deve à

decisão judicial que determina o interstício (intervalo) mínimo de 11 horas entre as jornadas.

A ação do interstício foi movida pelo Sindicato no ano de 2006 em todas as unidades do Sistema Petrobrás no Paraná e Santa Catarina. Todas as bases tiveram decisões favoráveis aos trabalhadores e a Petrobras cumpriu em quase todas elas, à exceção da SIX.

Caso a jornada de 06 horas seja implantada, os prejuízos imediatos aos trabalhadores seriam a redução do adicional de HRA (Horário de Repouso à Alimentação) e a diminuição de folgas, causando prejuízo ao convívio social e familiar dos trabalhadores. Os impactos financeiros podem chegar a 20% do total dos rendimentos dos petroleiros do regime de turno. Por todas essas razões, a greve é justa e necessária.

No último ofício enviado ao Sindicato, a gestão da Usina teve um posicionamento contraditório ao afirmar que "(a decisão judicial) inviabiliza tecnicamente a construção de uma tabela de turnos de revezamento em jornada de 08 (oito) horas". Porém, em outro trecho diz que aguarda do Sindicato uma "alternativa à tabela de turno de 06 (seis) horas".

Durante as negociações com a Petrobras, os representantes jurídicos da empresa colocaram empecilhos em todas as propostas apresentadas, inviabilizando a possibilidade de qualquer acordo.

Para o presidente do Sindipetro PR e SC, Mário Dal Zot, a empresa usa a pressão sobre a categoria como estratégia jurídica. "Querem que os trabalhadores abram mão do passivo trabalhista gerado pelo não-cumprimento do interstício. Isso foi uma condicionante colocada pela Petrobrás para a manutenção da tabela de oito horas que jamais aceitaremos, pois fomos nós que vencemos a ação. Trata-se de uma represália mediante uma derrota jurídica".

A posição da empresa também caracteriza uma afronta à Justiça, tendo em vista que em nenhum momento a sentença discorre sobre diminuição da jornada. "Onde fica a segurança jurídica se há retaliação por parte de quem perdeu a causa?", questiona Mário.

Brasil vive a segunda pior recessão de sua história

01/09/2016 – Fonte: Bem Paraná

A severidade de uma recessão é normalmente medida por dois critérios: sua duração em trimestres e o tamanho da queda acumulada da produção econômica. O atual ciclo recessivo brasileiro, iniciado no segundo trimestre de 2014, acaba de se tornar o segundo pior da história nos dois quesitos.

Dura nove trimestres, empatando com a recessão que se estendeu entre janeiro e março de 1981 e o mesmo período de 1983, embora perca ainda para o ciclo de 11 trimestres verificado entre o fim de 1989 e o início de 1992. Já a queda acumulada da atividade soma 7,9%, contra 8,5% da mais profunda recessão, que foi a do início da década de 80.

A atual recessão -a nona vivida pelo país desde 1980- tem uma peculiaridade em relação aos outros ciclos. É a primeira desde que há dados trimestrais disponíveis em que o PIB cai por seis trimestres consecutivos. Até então, a pior sequência de contrações eram quatro seguidos.

Embora recessões sejam períodos de queda contínua e generalizada do nível da atividade econômica, isso não implica contração ininterrupta do PIB. A produção total de bens e serviços não é a única medida importante da atividade econômica.

Oscilações no nível do emprego e da renda também são indicadores relevantes para determinar se a economia vive um ciclo de expansão ou retração. Portanto, a produção total de bens e serviços de um país pode crescer por um breve período e voltar a recuar, mantendo a economia em um ciclo recessivo.

O contrário também é válido. Isso significa que, embora muito citado, o conceito de dois trimestres consecutivos de queda da produção como definição de recessão, geralmente, não é levado em conta pelos institutos independentes responsáveis pela chamada datação de ciclos econômicos dos países.

A atual recessão brasileira, por exemplo, começou no segundo trimestre de 2014, quando o PIB recuou 1,2% em relação aos três meses imediatamente anteriores. Os dois trimestres seguintes, no entanto, foram marcados por uma estagnação e uma leve expansão de 0,2%, respectivamente. Depois, o PIB voltou a recuar. "Foi muito difícil datar o início dessa recessão.

O PIB recuou, depois se estabilizou. A produção perdeu fôlego, mas o desemprego permaneceu baixo por muito tempo", diz Paulo Picchetti, um dos membros do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), da FGV. Com o conjunto de dados divulgados até agora, a recessão atual pode estar caminhando para se tornar a pior da história do Brasil.

Mas o cenário é marcado por muitas incertezas, o que dificulta essa projeção. Segundo o economista João Victor Issler, o comportamento da Bolsa de Valores é um forte indicador do que ocorrerá com a atividade econômica. O investimento em renda variável indica o aumento do nível de dividendos que serão pagos no futuro.

"Esse movimento no Brasil sempre antecede o crescimento da produtividade e a Bolsa já sobe há quase sete meses", diz ele que é membro do Codace e do Centro FGV de Crescimento e Desenvolvimento. Leonardo Fonseca, economista do Credit Suisse, menciona indicadores como a produção da indústria que também vêm recuperando terreno e apontam para uma possível inflexão do ciclo econômico.

O banco revisou recentemente sua projeção de variação do PIB para este ano de -3,5% para -3%. PIB POR SETORES A continuação desses sinais incipientes de melhora da economia, no entanto, dependem principalmente da aprovação das reformas para reequilibrar as contas públicas, ressalta Fonseca.

"Toda a questão do crescimento está condicionada à aprovação de medidas como o teto proposto pelo governo para limitar a expansão dos gastos públicos", diz. Ainda que o período econômico atual não entre para a história como a pior recessão da história, a retomada que pode se avizinhar dificilmente será rápida como as registradas anteriormente no país. Picchetti ressalta que isso se explica pelas próprias causas da crise, como o desequilíbrio fiscal.

"O governo não pode estimular a economia aumentando gastos porque foi uma crise fiscal que nos colocou nessa situação. Ainda não pode cortar juros porque a inflação permanece alta".

Ao esgotamento da política econômica se somam o endividamento alto de empresas e famílias e a fraqueza da economia global. Um estudo do Credit Suisse mostra que países que enfrentam dois anos seguidos de recessão -fato já considerado certo no caso do Brasil- experimentam queda na capacidade de crescimento que tinham antes do início da crise.

Tudo isso significa que a produção e a renda brasileiras podem demorar anos para retornar aos níveis anteriores ao início da atual recessão.

'Vejo pela frente uma meia estagnação', diz economista da FGV

01/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O economista Armando Castelar Pinheiro se coloca entre os pessimistas quando se trata de avaliar o Produto Interno Bruto (PIB). Para ele, a recuperação de verdade depende do setor de serviços, que ainda não reagiu. E, sem um "ajuste fiscal forte", o PIB vai ficar entre zero e 0,5% em 2017.

Qual a sua avaliação sobre o resultado do PIB?

A minha leitura é que passamos a ter um PIB muito influenciado pelo que acontece com o crédito e com o mercado de trabalho. A Pnad Contínua, que saiu nesta semana, mostra que a massa salarial está caindo de maneira forte, na faixa de 5% ao ano. Há ainda queda no emprego. O crédito também está fraco. Nada ajuda no consumo das famílias, que responde por 63% do PIB.

O esboço de recuperação na indústria não ajuda?

Tivemos algum alento na indústria por causa da exportação. A indústria de material de transporte, por exemplo, está conseguindo exportar automóveis e caminhões. Mas isso não adianta. O crédito, que vai mal, e a queda no salário das famílias seguram o consumo e, portanto, serviços, o setor que representa 72% do PIB: o que acontecer com serviços define o PIB daqui para a frente.

Mas as previsões para o mercado de trabalho são de mais deterioração e não há perspectiva de mais crédito com o juro no atual patamar. Estamos diante de um nó para o crescimento?

Temos um nó, sim. Existe um debate grande entre os economistas hoje. Um grupo – que eu até diria ser majoritário – acha que vamos ter recuperação. A visão é muito calcada na melhoria da confiança.

Essa melhora aparece em indicadores de confiança de empresas, de consumidores e de investidores financeiros, que entraram na Bolsa e investiram no câmbio. Esses otimistas dizem que, no passado, quando houve melhora na confiança, a atividade voltou. Essa ideia tem alimentado projeções para o PIB na faixa de 1,5%, 2% para 2017.

O sr. está entre os otimistas?

Estou entre os considerados mais pessimistas. Com aqueles que veem melhora, que a economia parou de contrair, mas que enxerga pela frente mais uma meia estagnação do que uma recuperação.

Por quê?

Ainda há uma incerteza grande na área fiscal que, com certeza, vai afetar decisões de investimentos. Precisamos do ajuste no mercado de trabalho. Há ainda a inflação, que está resistente. O Banco Central vai segurar o juro por um tempo.

Qual a sua previsão para o PIB no ano que vem, então?

Zero a 0,5%.

O que deixaria o sr. um pouco mais otimista?

Um avanço forte no andamento do ajuste fiscal.

Alta de tributos fica fora do Orçamento

01/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

Diante da recessão da economia e do ambiente político adverso, o governo do presidente Michel Temer decidiu afastar de vez a possibilidade de aumento de tributos neste momento. Ao apresentar o projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2017,

a equipe econômica listou uma série de medidas como concessões, cortes de despesas e ampliação de receitas na esteira da retomada da atividade, que serão perseguidas para garantir o cumprimento da meta no ano que vem, de um déficit de R\$ 139 bilhões.

Além de impopulares, aumentos de impostos poderiam comprometer o processo de retomada da economia, que já percorreu seis trimestres de recessão. Mas eram possibilidades sobre a mesa, diante da necessidade do governo em encontrar R\$ 55,4 bilhões para assegurar a meta de 2017, conforme anunciado em julho.

O Congresso tem até o fim do ano para votar a PLOA, o que dá ao governo tempo para avaliar a necessidade de recorrer ao "plano C", como vinha sendo classificado o aumento de tributos para elevar as receitas. "No futuro, se necessário, será discutido", disse o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, sem fechar as portas para a solução.

Para tentar evitar isso, a equipe econômica traçou um plano que inclui arrecadar R\$ 18,4 bilhões a mais em receitas com concessões e permissões, totalizando agora R\$ 24 bilhões com essas receitas no ano que vem.

A revisão da previsão de crescimento do PIB no ano que vem, de 1,2% para 1,6%, ainda vai incrementar as receitas administradas em R\$ 26 bilhões, segundo estimativas apresentadas na quarta-feira, 31. Embora a projeção de avanço da economia esteja acima do que é previsto pelo mercado, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que os cálculos de analistas já estão convergindo para números mais altos.

"É um orçamento realista e conservador, que leva em conta as melhoras que estão ocorrendo na economia brasileira", afirmou Meirelles. De acordo com o ministro, se houver frustração de receitas por qualquer razão, o governo vai editar um decreto de contingenciamento de despesas. Se houver surpresa positiva na arrecadação, isso vai se traduzir em melhora no déficit primário ou menor quantidade de restos a pagar.

O governo ainda prevê arrecadar R\$ 5,7 bilhões a mais com venda de ativos do fundo soberano e dividendos de estatais. Ainda assim, precisou fazer um corte adicional de R\$ 5,3 bilhões nas despesas para assegurar o cumprimento da meta.

Teto

Apesar de o teto de gastos ainda não ter sido aprovado pelo Congresso, a equipe econômica já adotou o mecanismo – que limita o avanço das despesas à inflação – na confecção da peça orçamentária do ano que vem. Sem crescimento real dos gastos, as despesas primárias do governo central corresponderão a 19,3% do PIB no ano que vem, queda de 0,54 ponto porcentual em relação a 2016. "Não estamos usando todo o espaço de gastos que seria permitido", frisou o ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira.

CNI: reformas da previdência e trabalhista devem ser prioridades do novo governo

01/09/2016 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, defendeu nesta quarta-feira, 31, que as reformas da Previdência e das leis trabalhistas sejam prioridades do governo de Michel Temer.

Em nota divulgada à noite, a entidade afirma que o desfecho do processo de impeachment e a consequente posse de Temer "abrem o caminho para o entendimento em torno das reformas necessárias para garantir o futuro do País".

“Com o cenário político mais claro, é hora de alcançar consensos para decidir, com firmeza e determinação, o que precisa ser feito para deixarmos a crise no passado e retomarmos o crescimento econômico”, afirmou o presidente CNI.

Andrade avaliou que as medidas adotadas por Temer até agora estão na direção certa e ajudaram a afastar o pessimismo e a restaurar, aos poucos, a confiança de empresários e consumidores. “A nossa expectativa é que o governo seja perseverante com as reformas estruturais, necessárias para a solução de problemas crônicos do País. É urgente fazermos a reforma da Previdência Social e modernizar a legislação trabalhista”, afirma Andrade, destacando ainda a necessidade de “ampliar os investimentos em infraestrutura, reduzir a burocracia e criar um ambiente mais favorável aos negócios”.

Na avaliação do executivo, a recuperação da atividade será lenta. Andrade destaca, no entanto, que a CNI está aberta ao diálogo e disposta a contribuir para que o País supere as dificuldades, recupere a confiança e volte a crescer.

Frenagem automática avança na Europa

01/09/2016 – Fonte: Automotive Business



Está avançando rapidamente na Europa O número de carros novos equipados com sistema de frenagem automática de emergência (AEB, na sigla em inglês), que detecta obstáculos e pedestres à frente para acionar os freios automaticamente.

De acordo com dados do Thatcham Research, instituto de pesquisa inglês mantido por seguradoras, atualmente 21% dos automóveis à venda no Reino Unido já vêm com o AEB de série desde a versão mais básica, enquanto outros 27% oferecem em pacotes opcionais.

O crescimento do uso do dispositivo acelerou este ano, quando o Euro NCAP passou a considerar o equipamento obrigatório para conceder a nota máxima, cinco estrelas, em suas avaliações de segurança para veículos zero-quilômetro.

Nos mais recentes resultados de testes do Euro NCAP divulgados na quarta-feira, 31, dois dos modelos testados, a nova minivan Renault Scenic e a perua Subaru Levorg, ganharam cinco estrelas porque, além de se saírem bem nas simulações de colisões, também têm o AEB standard em todas as versões.

O instituto independente também estreou um sistema de avaliação dupla (*Dual Rating*) em dois outros modelos que foram avaliados agora, a picape média Toyota Hilux e o SUV compacto Kia Niro, que oferecem o AEB em pacote opcional de segurança e por isso foram avaliados com e sem a frenagem automática de emergência.

Ambos os veículos equipados com freios autônomos ficaram com a nota máxima, enquanto a Hilux básica obteve três estrelas e o Niro quatro.

Segundo a Thatcham, o uso de dispositivos ativos de segurança tem sido priorizado especialmente em modelos familiares, como é o caso tanto da Subaru Levorg como da Renault Scenic. O instituto aponta que o pacote de sistemas avançados de

assistência ao motorista (ADAS, na sigla em inglês) introduzido na nova Scénic foi fundamental para a conquista das cinco estrelas do Euro NCAP.

A nova geração da Scénic, que começa a ser vendida este ano em diversos mercados europeus, chega equipada em todas as versões com pacote completo de frenagem automática de emergência, incluindo o AEB urbano, que atua em baixas velocidades para prevenir colisões; o interurbano para anular ou mitigar efeitos de acidentes iminentes em estradas; e para detecção e proteção de pedestres que não são vistos por motoristas.

Em todos os casos, os freios são acionados automaticamente. A Scénic também tem outros ADAS, como estacionamento automático, alerta e assistência de faixa de rodagem (LDW e LKA, que avisa e corrige a rota quando o carro sai da faixa) e piloto automático adaptativo (ACC, que aciona acelerador e freios automaticamente para manter distância do veículo à frente monitorado por radar).

Ao instalar todos esses sistemas de segurança de série desde a versão mais básica, a Thatcham avalia que a Renault sai na frente de outras montadoras na Europa que oferecem frenagem automática e outros ADAS apenas em algumas versões mais caras, como é o caso, por exemplo, da Volkswagen Touran, concorrente direta da Scénic.

Para o secretário geral do Euro NCAP, Michel van Ratingen, a fórmula de testes duplos realizados com e sem o AEB deverá acelerar a adoção do dispositivo de série por mais montadoras.

“É sempre bom ver equipamentos de segurança adotados como standard, por isso Renault e Subaru mereceram ganhar as notas máximas em seus carros. O fato de a Toyota tornar disponíveis sistemas avançados de segurança em picapes, mesmo que seja como opcional neste estágio, mostra que o método de notas duplas é um grande instrumento para encorajar o uso mais amplo desses sistemas em todos os tipos de veículos”, declarou em nota Ratingen.

Ford lança compartilhamento de carros em São Bernardo

01/09/2016 – Fonte: Automotive Business



A Ford lança no Brasil seu primeiro projeto piloto de compartilhamento de carro que funcionará dentro da fábrica de São Bernardo do Campo (SP). Por seis meses, os funcionários da unidade poderão alugar o Focus Fastback em fins de semana e feriados em uma ação inédita da montadora na América do Sul que tem por objetivo analisar as necessidades de serviços de mobilidade.

Para fazer parte do programa, há duas opções: os empregados da unidade do ABC podem instalar um aplicativo para smartphone, o HR Mobile no qual é possível realizar o agendamento do aluguel ou por meio da área de RH, realizando a reserva pessoalmente.

“Estimativas apontam que o segmento de compartilhamento de carros deve gerar mundialmente e apenas neste ano negócios da ordem de US\$ 2 bilhões”, enfatiza o gerente de estratégia do produto da Ford, Luciano Driemeier. Ele explica que a montadora possui diferentes programas em todo o mundo com o objetivo de testar

novas iniciativas, incluindo as de compartilhamento de carro. “Entre elas, estão o Ford Carsharing, com 176 estações na Alemanha, o GoDrive, em Londres, e o CarAmigo, primeiro serviço de aluguel de automóveis particulares da Bélgica”, lembra.

No Brasil, a Ford tem participado e organizado uma série de ações, como desafios de mobilidade, maratonas de desenvolvimento de aplicativos e participação em seminários sobre o tema.

Atualmente, a montadora está engajada em um plano global focado em conectividade, mobilidade, veículos autônomos, experiência do cliente e análise de dados. “O Ford Smart Mobility indica que a empresa não quer ser apenas uma fabricante de automóveis, mas também uma empresa de mobilidade, trabalhando com o objetivo de mudar a forma como o mundo se move, além de ser um facilitador na solução dos crescentes desafios de transporte ao redor do mundo”, finaliza Driemeier.

BMW cria série exclusiva da moto S1000 XR

01/09/2016 – Fonte: Automotive Business



A BMW desenvolveu para o Brasil a S1000 XR Edição Especial. A moto recebeu grafismo exclusivo para o mercado local e tem preço sugerido de R\$ 72,9 mil. A lista de itens de série inclui preparação para GPS, manoplas aquecidas, suporte para malas laterais, assistente de troca de marchas e para-brisa fumê.

Freios ABS, controle automático de estabilidade, seletor para quatro modos de pilotagem, ajuste de suspensão dinâmico (ESA), piloto automático e controle de tração também acompanham o modelo. O motor tem quatro cilindros em linha e produz 160 cv.

A BMW oferece um plano que permite entrada flexível, entre zero e 49% do valor da moto, parcelas mensais reduzidas e garantia de recompra pelo concessionário. Como exemplo, a moto pode ser adquirida com entrada de R\$ 29.120 e 24 parcelas mensais de R\$ 989, mais a prestação final e frete.

Volvo Bus fornece gerenciamento de frota à Colômbia

01/09/2016 – Fonte: Automotive Business



A Volvo Bus acaba de fechar seu maior contrato de telemetria na América do Sul: a montadora fornecerá seu sistema de gerenciamento de frotas para 250 ônibus da GIT, uma das empresas operantes no transporte público de Cali, na Colômbia. O negócio foi firmado após um período de seis meses de demonstração.

“Nos testes foram detectados hábitos inadequados de condução que comprometiam a eficiência da operação. As informações serviram de base para ações de ajuste de performance e também de prevenção de acidentes”, afirma o gerente de pós-venda da Volvo Bus Colômbia, Fábio Lorençon.

O sistema de gerenciamento de frotas pode ser instalado nos chassis tanto rodoviários quanto urbanos e oferece quatro opções: relatórios, eventos, posição e perfil de condução, que podem ser adquiridas de forma separada ou combinadas de acordo com a necessidade do cliente.

Os dados obtidos com o sistema fornecem uma avaliação completa da operação, por veículo e por motorista: por ele, é possível acessar informações como consumo de combustível, emissões, horas rodadas, velocidade média, porcentual de operação em faixa econômica, em marcha lenta e número de ativações do freio, entre outros.

É possível também acompanhar a posição geográfica do ônibus em tempo real, identificando atrasos, paradas e desvios de rotas. Com base nestes dados, o transportador pode investir em treinamento.

“O sistema coloca a tecnologia a favor dos negócios dos clientes, pois oferece a eles informações que os ajudam a traçar uma estratégia para a redução dos custos operacionais e, conseqüentemente, aumentar a rentabilidade dos negócios”, afirma o presidente da Volvo Bus Latin America, Fabiano Todeschini.

FCA inicia recall de 5,4 mil carros no Brasil

01/09/2016 – Fonte: Automotive Business



A FCA Fiat Chrysler deu início a um recall que envolve modelos Jeep Grand Cherokee e Chrysler 300C para atualização de software. A empresa percebeu que caso o motorista não posicione corretamente o câmbio do carro na função Park (P) e não acione o freio de estacionamento enquanto o motor estiver ligado, o veículo poderá movimentar-se sozinho, aumentando os riscos de ocorrência de acidente.

A convocação envolve Grand Cherokee modelos 2014 e 2015 e Chrysler 300C 2012 e 2014. A campanha envolve 5.434 veículos, com numeração de chassi (não sequencial) entre 2C3CCAEG9CH114454 e 1C4RJFBM7FC918486. A atualização de software está disponível para os modelos a gasolina e começa no dia 15 de setembro de 2016 para os veículos a diesel.

O serviço é gratuito, tem tempo estimado em três horas e deve ser agendado em concessionárias Jeep ou Chrysler. É possível consultar os números de chassi envolvidos e obter outras informações pelos telefones 0800 703 7150 (Jeep) e 0800 703 7140 (Chrysler) ou mesmo nos sites www.jeep.com.br e www.chrysler.com.br.

Faturamento de setor de máquinas e equipamentos cai 27% em julho sobre um ano antes

01/09/2016 – Fonte: CIMM

A receita líquida do setor de máquinas e equipamentos em julho recuou 27 por cento sobre o mesmo período de 2015 e a indústria sofreu nova queda na carteira de pedidos para os próximos meses, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (31) pela associação que representa o setor, Abimaq.

O faturamento da indústria de máquinas e equipamentos somou 5,57 bilhões de reais no mês passado. No acumulando do ano, a receita somou 38,92 bilhões de reais, recuo de 28,6 por cento.

A carteira de encomendas encolheu 11,5 por cento sobre um ano antes, para o equivalente a 2,6 meses de trabalho, segundo a Abimaq. O nível de ocupação da capacidade instalada caiu a 67,2 por cento em julho ante 68,9 por cento no mesmo mês de 2015.

O saldo negativo da balança comercial recuou 6,6 por cento sobre julho de 2015, a 933,5 milhões de reais. "A redução do déficit na balança comercial da ordem de 28 por cento em 2016 (janeiro a julho), resulta da queda das importações iniciada em 2014", afirmou a Abimaq.

Termodinâmica atômica: o bolo pode esfriar ou pegar fogo

01/09/2016 – Fonte: CIMM

De acordo com as leis básicas da termodinâmica, se você tirar um bolo do forno e deixá-lo sobre a mesa para esfriar, depois de algum tempo o bolo atingirá a mesma temperatura do ar ambiente.

Os químicos e físicos podem até gostar de bolos, mas eles preferem esfriar amostras de partículas carregadas, ou íons, porque isso os torna mais fáceis de controlar e estudar.

Para isso, eles usam uma abordagem um pouco mais trabalhosa - chamada resfriamento com gás amortecedor (buffer gas cooling) -, aprisionando os íons e, em seguida, mergulhando-os em nuvens de átomos frios. As colisões com os átomos desse gás amortecedor esfriam os íons através da transferência de energia dos íons para os átomos do gás.

Mas uma nova pesquisa demonstrou agora que os íons nunca se resfriam até a temperatura do gás circundante. Além disso, e muito surpreendentemente, descobriu-se que existem pelo menos duas temperaturas finais, e a temperatura que os íons "escolhem" depende da sua temperatura inicial.

"Este aparente desvio das leis familiares da Termodinâmica é semelhante ao nosso bolo se esfriar como esperado ou espontaneamente explodir em chamas, dependendo da temperatura exata do bolo quando ele saiu do forno," explicou o professor Eric Hudson, da Universidade da Califórnia em Los Angeles, nos EUA.

Fenômeno físico de não-equilíbrio

Não fosse o impacto sobre os fundamentos da termodinâmica, o experimento já seria significativo o suficiente por ser a primeira vez que se demonstra haver limites fundamentais para o uso da refrigeração de gás amortecedor em armadilhas de íons, uma ferramenta largamente utilizada em laboratórios ao redor de todo o mundo.

Para realizar o experimento, o pesquisador Steven Schowalter preparou uma amostra microscópica de íons do elemento químico bário e os mergulhou em nuvens de cerca de 3 milhões de átomos de cálcio. Tudo foi resfriado a laser, sob condições altamente controladas, na tentativa de revelar propriedades da mecânica quântica que não aparecem de forma óbvia.

Os íons foram aprisionados em um aparelho que levita partículas carregadas usando campos elétricos que oscilam milhões de vezes por segundo, confinando os íons a uma região menor do que a largura de um fio de cabelo humano. Tanto a amostra atômica quanto a amostra iônica foram levadas a uma temperatura de um milésimo de grau acima do zero absoluto.

Termodinâmica em nanoescala: o bolo pode esfriar ou pegar fogo
Diagrama esquemático do experimento, que mostrou que o resfriamento com gás amortecedor não é um processo de equilíbrio simples.

Depois de permitir que ocorressem as colisões entre os átomos e os íons, e que o sistema atingisse sua temperatura final, os físicos removeram os átomos de cálcio e mediram a temperatura dos íons de bário.

Os resultados, que mostram a existência de várias temperaturas finais com base no número de íons e na temperatura inicial, sugerem que existe um sutil fenômeno físico de não-equilíbrio entrando em ação.

Falhas na Termodinâmica

Ao tentar entender o que está havendo, tanto as simulações computadorizadas quanto as teorias da mecânica quântica parecem dar sustentação ao que se vê no experimento - embora tudo seja muito estranho para o mundo macro.

Assim, em vez de o mecanismo de resfriamento com gás amortecedor ser um processo de equilíbrio simples como se interpretava até agora, ele é na verdade um processo fundamentalmente diferenciado, de não-equilíbrio, com um comportamento dependente de elementos não previstos em uma explicação tradicional baseada nas leis da termodinâmica.

Na verdade, este é mais um experimento que dá suporte à ideia de que existem várias Segundas Leis da Termodinâmica em nanoescala, uma vez que, em determinadas condições, a Termodinâmica simplesmente falha na escala atômica.

Número de famílias endividadas e inadimplentes cresce em agosto, diz CNC

01/09/2016 – Fonte: R7

Após seis meses consecutivos de queda, o País voltou a registrar aumento no total de famílias endividadas em agosto. A inadimplência também se agravou no mês, segundo os dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) divulgados pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O percentual de famílias que relataram ter dívidas alcançou 58,0% em agosto, o que representa um aumento de 0,3 ponto percentual em relação aos 57,7% observados em julho, interrompendo uma sequência de seis meses de redução. No entanto, o total de endividados ainda é 4,7 pontos percentuais menor do que o observado em agosto de 2015, quando esse montante estava em 62,7%.

A fatia de famílias com dívidas ou contas em atraso também aumentou na passagem de julho para agosto, de 22,9% para 24,4%. O total de famílias inadimplentes no último mês superou ainda o patamar de agosto de 2015, quando esse indicador alcançou 22,4%.

Houve piora também no porcentual de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e que, portanto, permaneceriam inadimplentes: passou de 8,7% em julho para 9,4% em agosto. Em agosto do ano passado, esse montante alcançava 8,4%.

A pesquisa considera como dívidas as parcelas a pagar em cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro ou seguro.

PMI industrial do Brasil cai a 45,7 pontos em agosto, revela Markit

01/09/2016 – Fonte: R7

O índice de atividade dos gerentes de compra (PMI, na sigla em inglês) da indústria brasileira caiu para 45,7 pontos em agosto, de 46,0 pontos em julho, informou a Markit. Trata-se do 19º mês consecutivo de contração da atividade, mostrada quando o indicador fica abaixo do patamar de 50 pontos.

Segundo a Markit, os pedidos de nova encomenda caíram em agosto, com os entrevistados relatando demanda franca tanto no mercado interno como no externo. Os pedidos de exportações caíram pelo terceiro mês seguido. Na divisão por segmentos, os produtos voltados ao consumidor subiram pela primeira vez desde março de 2015.

Os preços aos produtores continuaram subindo, com os gerentes entrevistados citando aumentos em materiais como metais, insumos químicos, plásticos, têxteis, alimentos e papel. Os preços ao consumidor também avançaram, mas no menor ritmo em mais de um ano. Os números de empregados ainda seguem recuando, assim como as encomendas pendentes e os estoques de matérias-primas e produtos acabados.

A analista Pollyana de Lima, responsável pelo relatório, diz que agosto não trouxe um alívio para os problemas que a indústria brasileira enfrenta. "Embora a estabilização da crise política provavelmente dê um impulso à confiança de empresas e consumidores, uma retomada no curto prazo é improvável", comenta.

Bancários planejam entrar em greve a partir da próxima terça-feira

01/09/2016 – Fonte: R7

Os bancários podem entrar em greve a partir da próxima terça-feira (6). Nesta quinta-feira (1º), eles fazem assembleias em todo o país para decidir se vão cruzar os braços. O Comando Nacional dos Bancários indicou a rejeição da proposta da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos).

Entre as principais reivindicações da categoria estão reajuste salarial de 14,78%, sendo 5% de aumento real e 9,31% de correção da inflação; participação nos lucros e resultados de três salários mais R\$ 8.297,61; piso salarial de R\$ 3.940,24; vales-alimentação, refeição, décima-terceira cesta e auxílio-creche/babá no valor do salário-mínimo nacional (R\$ 880); 14º salário; fim das metas abusivas e assédio moral; fim das demissões, ampliação das contratações, combate às terceirizações e à precarização das condições de trabalho; mais segurança nas agências bancárias e auxílio-educação.

A proposta da Fenaban foi de reajuste de 6,5% mais R\$ 3.000 de abono para os trabalhadores. O Comando Nacional dos Bancários diz que essa proposta representa perda real de 2,8% (ao se descontar a inflação de 9,57%).

A categoria entregou a pauta de reivindicações no dia 9 de agosto. Já foram discutidos os temas emprego, saúde, segurança e condições de trabalho, igualdade de

oportunidades e remuneração. A data-base da categoria é 1º de setembro e a CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) tem validade nacional. Em todo o país, são cerca de 512 mil bancários.

Procurada, a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) ainda não se pronunciou sobre o assunto.

Não há necessidade de aumento de impostos agora, diz secretário

01/09/2016 – Fonte: R7

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, afirmou na noite desta quarta-feira, 31, que o projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2017 não contempla aumentos de impostos.

"Neste momento de envio do Orçamento, não há necessidade de fazer nenhum aumento de imposto. Do contrário, teria sido feito juntamente com proposta Orçamentária", disse. "Temos previsão de receita muito realista, estamos muito confortáveis com os números", frisou Guardia.

O governo vinha definindo a questão dos impostos como o "plano C", que seria acionado caso não fosse possível atingir a meta, deficitária em R\$ 139 bilhões, com aumento de arrecadação em decorrência da recuperação da economia e com as concessões.

Apesar disso, Guardia não fechou a porta totalmente para eventuais aumentos de tributos. "No futuro, se necessário, será discutido", disse Guardia, ao participar da divulgação dos dados do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Minério de ferro atinge mínima de mais de 1 mês na China antes de G20

01/09/2016 – Fonte: DCI

Os preços do minério de ferro no mercado à vista da China caíram nesta quinta-feira para o menor valor em mais de um mês em meio a fechamentos de siderúrgicas perto da cidade de Hangzhou, no leste do país, para melhorar a qualidade do ar antes da reunião do G20 no fim de semana.

O interesse de compra pelo ingrediente da fabricação do aço ficou limitado, mantendo os preços abaixo de 60 dólares por tonelada, embora um pico sazonal de demanda por aço na China em setembro e outubro, junto com uma recuperação da economia, possa impulsionar uma recuperação.

Muitas pequenas usinas no entorno de Hangzhou tiveram o fechamento ordenado para limpar o céu antes do encontro de líderes mundiais em 4 e 5 de setembro.

"As atividades de compra tanto para aço quanto para matérias-primas ficaram limitadas", disse o analista Wang Di, da consultoria CRU, em Pequim.

O minério de ferro com entrega imediata no porto de Tianjin caiu 1 por cento nesta quinta, para 58,40 dólares por tonelada, atingindo o menor valor desde 27 de julho, segundo o The Steel Index (TSI).

O contrato futuro mais ativo do minério de ferro na bolsa de Dalian chegou a cair para 408 iuanes, menor valor desde 1º de agosto, antes de fechar em alta de 0,5 por cento, a 417,50 iuanes.

Faturamento da indústria de máquinas cai 8,5% em julho, diz Abimaq

01/09/2016 – Fonte: DCI



Balanço divulgado nesta quarta-feira, 31, pela Abimaq, entidade que representa a indústria nacional de máquinas e equipamentos, mostra que o faturamento do setor caiu 8,5% na passagem de junho para julho. Na comparação com o mesmo período de 2015, a queda foi ainda maior, de 27,3%.

As fábricas de bens de capital mecânico fecharam julho com faturamento de R\$ 5,57 bilhões, o que leva o montante faturado desde o início do ano para R\$ 38,92 bilhões, 28,6% a menos do que nos sete primeiros meses de 2015.

O desempenho, ainda na análise do resultado acumulado, reflete a queda de 24,5% do consumo de máquinas no País, um total de R\$ 63,25 bilhões. Já as exportações, de US\$ 4,6 bilhões, ficaram praticamente estáveis, com queda de 0,3% no intervalo de janeiro a julho.

Como as importações recuaram 17,2%, chegando a US\$ 9,94 bilhões, o déficit comercial no setor ficou 27,8% menor do que em um ano antes, somando US\$ 5,34 bilhões nos sete primeiros meses.

Somente em julho, houve, na comparação anual, queda de 8,6% nas exportações, para US\$ 605 milhões, e de 7,4% nas importações, que somaram US\$ 1,54 bilhão no mês passado.

O consumo aparente, de R\$ 9,34 bilhões em julho, recuou 26,8% na comparação mensal e 21,3% ante igual período de 2015.

O balanço da Abimaq revela ainda que a utilização da capacidade instalada nas fábricas de máquinas ficou em 67,2% entre janeiro e julho, abaixo dos 68,9% do mesmo período do ano passado.

Na passagem de junho para julho, a ocupação no setor ficou estável, com queda de apenas 0,1%. A indústria de máquinas terminou o mês passado empregando 306,6 mil pessoas, 8,8% a menos do que o total empregado no fim de julho do ano passado.

Investimentos e indústria apontam recuperação demorada da economia

01/09/2016 – Fonte: Folha de S.Paulo

A economia voltou a se contrair no segundo trimestre deste ano, mas sinais ligeiramente positivos na indústria e nos investimentos alimentam expectativas de que a atividade econômica poderá se estabilizar em breve, após meses de recessão.

Segundo informou o IBGE nesta quarta-feira (31), o PIB (Produto Interno Bruto) do país encolheu 0,6% entre abril e junho, em relação aos primeiros três meses do ano.

Foi o sexto mês seguido em que a economia sofreu contração, a mais longa sequência na atual série histórica das contas do IBGE, iniciada no primeiro trimestre de 1996.

Os sinais positivos emergiram ainda fracos. A indústria saiu do vermelho pela primeira vez depois de cinco trimestres de queda, e os investimentos subiram depois de dois anos e meio em declínio.

Porém, o consumo e os serviços, que são ancorados no emprego e na renda e ainda dependem da digestão do elevado endividamento das famílias, seguem em contração. Este cenário ambíguo sugere que a retomada da economia, esperada para ocorrer entre o fim deste ano e o início de 2017, chegará num ritmo lento. Sem que os serviços e o consumo se recuperem, é difícil imaginar um crescimento mais vigoroso.

"Os investimentos e a indústria mudaram de comportamento, mas não afetaram tanto o PIB por causa do peso dos serviços, que representam 72% da economia", afirma Rebeca Palis, gerente de contas nacionais do IBGE.

O economista do Itaú Unibanco Rodrigo Myamoto viu nos números positivos da indústria e dos investimentos "um primeiro impulso" da atividade, resultado da diminuição dos estoques e da substituição de equipamentos que estavam depreciados. "Os fundamentos indicam que a indústria chegou ao fundo do poço", disse ele.

O monitoramento feito pelo banco em vários indicadores da economia, segundo Myamoto, mostra desempenho acima do esperado também na confiança de empresários do varejo e no crédito.

Mas, se a economia pode caminhar para uma estabilização, essa eventual melhora ocorrerá sobre um nível de produção muito baixo.

A atual recessão teve início há dois anos, no segundo trimestre de 2014, pelos critérios do comitê da FGV (Fundação Getúlio Vargas) que determina os ciclos da economia brasileira em parceria com o Conference Board, um grupo de estudos americano.

A FGV considera um conjunto mais amplo de indicadores da economia, como o rendimento do trabalhador e as vendas do varejo, e não apenas o PIB. Por esse critério, esta já é a mais longa recessão vivida pelo país desde a verificada entre o fim de 1989 e o início de 1992, que se prolongou por 11 trimestres.

Com a retração verificada até junho, a ex-presidente Dilma Rousseff chegou ao fim de seu segundo mandato com a economia em nível inferior ao que herdou do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Após sucessivas quedas, o PIB recuou para o patamar do fim de 2010, quando Dilma se preparava para assumir o governo.

A confiança dos empresários na economia cresceu no segundo trimestre, com a expectativa do fim do impasse político que paralisou o país.

O ritmo de saída da recessão, porém, dependerá da capacidade do presidente Michel Temer, empossado nesta quarta (31), fazer ajustes na economia, afirmam analistas. "A recuperação da confiança não se sustenta sem avanço na área fiscal", diz Alberto Ramos, diretor de pesquisas econômicas do Goldman Sachs para a América Latina.

Empresariado reivindica medidas estruturantes

01/09/2016 – Fonte: Diário do Comércio

O afastamento definitivo da, agora, ex-presidente Dilma Rousseff trouxe esperanças para as entidades de classe de Minas Gerais ligadas à indústria, ao comércio e aos serviços. É unanimidade que a definição do quadro político nacional, pelo menos no tocante ao impeachment, e a posse do novo presidente Michel Temer pode trazer de volta a confiança do empresariado na economia do País.

No entanto, o momento, conforme as entidades consultadas pelo DIÁRIO DO

COMÉRCIO, não é só de comemoração. A adoção de medidas estruturantes, e não somente as de caráter emergencial, é vista como primordial para a retomada do crescimento econômico. Entre elas, a implantação de uma política industrial e as tão aguardadas reformas políticas, previdenciária, trabalhista e tributária.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Olavo Machado Junior, cobrou "respostas imediatas" do novo presidente. "Agora acabou o caráter interino. Temer precisa entrar firme na questão econômica e ser capaz de assegurar um ambiente favorável para gerar renda e emprego de qualidade", destacou.

O dirigente também defendeu a adoção de medidas de simplificação". "Algumas coisas atrapalham a vida do empresário e têm soluções simples. A burocracia precisa ser superada. São normas, portarias, decretos, medidas e uma iniciativa nesse sentido de simplificação teria efeito na legislação tributária e até na trabalhista", afirmou.

Olavo Machado também alertou sobre a necessidade de controlar a inflação e baixar os juros, o que, segundo ele, onera a capacidade de tomada de crédito por parte do parque industrial não só de Minas, mas de todo o Brasil. Além disso, a implantação de uma política industrial de Estado e não de governo deve ser instalada, na avaliação dele.

Para a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), setor que representa os fabricantes de máquinas, equipamentos e bens de capital, a definição do quadro político nacional de nada vai adiantar se o novo governo não adotar uma política industrial através da adoção de medidas estruturantes.

"A expectativa e o desejo da Abimaq é que o novo governo adote medidas que não sejam só pontuais. Mas não se trata só de expectativas positivas, mas de um cenário melhor. Para isso, é preciso construir uma política industrial. Não é um erro do último governo, mas o Brasil nunca se preocupou em construir uma política industrial capaz de tornar o crescimento da indústria algo sustentável", afirmou a gerente executiva da entidade no Estado, Regiane Nascimento.

Entre essas medidas de caráter estruturante, Regiane Nascimento citou a simplificação na carga tributária, a redução da taxa de juros, e iniciativas que incentivam a melhoria do parque industrial, o que vai proporcionar ganhos de competitividade para as empresas nacionais também no exterior.

Mesmo assim, a gerente executiva da Abimaq em Minas alertou que o setor tem seus resultados baseados em bens sob encomendas e, assim, demora de seis meses a dois anos entre um pedido, a fabricação do bem, a entrega e o faturamento do negócio. "Então, por mais que várias medidas sejam tomadas nesse momento, ainda vai demorar um tempo para a retomada do setor", disse.

O mercado de capitais, que também viu seu volume de negócios nos últimos anos, também viu com bons olhos o afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República. "Essa definição dará novamente ao mercado a possibilidade de trabalhar com visão de médio e longo prazos", pontuou o presidente da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais de Minas Gerais (Apimec-MG), Juliano Lima Pinheiro.

Lima explicou que, no mercado de capitais, a instabilidade política faz com que projetos importantes sejam adiados. "Projetos que antes estavam na gaveta vão sair e provavelmente nos próximos meses voltaremos a ver investimentos ajudando a economia a girar", projetou.

Tratamento igual - Na avaliação do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), Roberto Simões, a definição do quadro

político era esperada “ansiosamente”. “A esperança de que o novo presidente tome atitudes que precisam ser tomadas para o Brasil voltar a crescer é grande. Essa definição abriu novas oportunidades e esperamos que o governo seja capaz de retomar o caminho para fazer as reformas que precisam ser feitas para o País voltar a crescer”, disse.

Simões também cobrou um tratamento “igual” por parte do novo governo ao agronegócio nacional. “Tem que tirar o caráter ideológico de tratamento do setor. Sabemos que não dá para fazer tudo de uma vez, mas vontade política para fazer as reformas que precisam ser feitas e colocar a iniciativa privada dentro dos projetos de infraestrutura é fundamental para o agronegócio deslançar”, alertou.

Em nota, o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH), Bruno Falci, afirmou que o presidente Michel Temer “terá que executar alguns trabalhos quase impossíveis. Entre eles está a construção de um governo de coalizão nacional”.

Falci também defendeu a urgência de colocar ações em prática, como a redução dos gastos, o aumento dos investimentos, as reformas tributária, política e trabalhista, além de combater a inflação para diminuir as taxas de juros e investir em educação de qualidade.

“É preciso que o novo governo recupere a confiança dos investidores, dos empresários e da população na política econômica do governo. Não podemos esquecer que a atual situação financeira e econômica pelo qual o país atravessa é consequência da má administração dos últimos tempos”, destacou.

Juros altos adiam a recuperação da economia, avalia CNI

01/09/2016 – Fonte: CNI

A manutenção da taxa nominal alta em um período de queda da inflação eleva os juros reais e adia ainda mais o processo de recuperação da economia

A decisão de manter os **juros** básicos da economia em 14,25% ao ano, anunciada nesta quarta-feira (31) pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), preocupa a indústria brasileira. A manutenção da **taxa** nominal alta em um período de queda da inflação eleva os juros reais e adia ainda mais o processo de recuperação da economia, avalia a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O ajuste fiscal, adverte a CNI, é indispensável para dar previsibilidade à trajetória da dívida pública, recuperar a confiança dos investidores e fortalecer a economia, o que ajudará a controlar a inflação e reduzir os juros, abrindo caminho para a retomada do crescimento.

ARTIGO: Um novo Refis

01/09/2016 – Fonte: CNI

Para Robson Braga de Andrade, a instituição de um novo Refis permitirá que as empresas zerem seus passivos tributários e normalizem os pagamentos mensais

Ainda sentindo as graves consequências da mais profunda e longa recessão da nossa história republicana, as empresas brasileiras lutam para recuperar sua capacidade operacional e financeira. Uma das medidas importantes que o governo deve adotar para ajudar a volta da atividade econômica à normalidade é a instituição de um novo **Refis**, programa que permite o parcelamento das dívidas tributárias.

Os efeitos da crise econômica se somaram a um problema de caráter estrutural no país: o prazo para o recolhimento **tributário** é muito curto. Isso leva as empresas a

tomarem recursos nos bancos, em linhas de capital de giro, para pagar impostos. No Brasil, indústrias, comércios e serviços precisam contrair dívidas bancárias para não ficarem inadimplentes com o **Fisco**. É uma situação surreal. Ninguém atrasa impostos porque quer.

Quem não está pagando é porque não tem recursos para fazê-lo, não tem opção. Com a retração do consumo, o faturamento caiu drasticamente, o que provocou sérios problemas de caixa. Se deixar de honrar compromissos fixos, como os salários dos funcionários, a empresa fecha as portas. Esgotadas as negociações com fornecedores, às vezes, ela acaba sendo forçada a postergar o recolhimento dos tributos.

A equipe econômica precisa compreender as adversidades que o setor produtivo enfrenta há mais de dois anos. Se aceitou os argumentos de governadores e concedeu um prazo maior para o pagamento de dívidas com a União, numa renegociação que incluiu até meses de carência, muito mais razão tem para estender esse tipo de benefício às empresas. Sem uma folga, será difícil voltar a crescer e a criar empregos.

A instituição de um novo Refis permitirá que as empresas zerem seus passivos tributários e normalizem os pagamentos mensais. Com a regularização da condição fiscal, poderão produzir mais e participar de licitações.

Quem, porventura, não está pagando voltará a recolher. Entra-se num círculo virtuoso, em que o governo só tem a ganhar, pois a arrecadação aumentará de maneira natural. Não é verdade, portanto, que o Refis reduza as receitas públicas. Ao contrário, ele favorece seu aumento.

No contexto de cinco ações emergenciais para ajudar o país a sair da crise, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou ao governo a proposta de um novo Refis, com o pagamento de parcelas calculadas a partir de um percentual sobre a receita bruta do mês anterior. Esse valor poderia variar entre 0,3% e 1,5%, dependendo do porte da empresa.

A correção do débito consolidado deveria ser pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Além disso, é preciso autorizar a liquidação total ou parcial das dívidas a partir da compensação de créditos tributários.

O programa deveria ser complementado pela ampliação do prazo de recolhimento dos tributos, tomando-o mais adequado à realidade das finanças das empresas. O esforço não pode se restringir ao âmbito federal.

Não adianta solucionar os débitos com a União sem equacionar as **dívidas** com os governos estaduais e municipais. Em tempos de crise aguda, há dificuldades para pagar todos os tributos. O ideal, portanto, seria desenhar um grande programa de **parcelamento** abrangendo as três esferas governamentais.

O setor público precisa adotar medidas firmes que facilitem a recuperação das empresas brasileiras. Um novo Refis, que regularize a vida fiscal de quem cria empregos, será essencial para o país superar a recessão e voltar a crescer.



(Robson Braga de Andrade – presidente da Confederação Nacional das Indústrias)

Metade da indústria regional está parada

01/09/2016 – Fonte: Diário do Grande ABC

A indústria do Grande ABC está produzindo apenas 55% do que tem capacidade, segundo o Boletim IndústriaABC, realizado pelo Observatório Econômico da Universidade Metodista de São Paulo.

Na prática, quase metade do potencial produtivo não está sendo utilizada. No Brasil, o indicador aponta para 64% de utilização e, no Estado de São Paulo, 65%. É o sexto ano consecutivo de queda para o primeiro semestre.

De acordo com o coordenador do Observatório Econômico, Sandro Maskio, esse é um grande problema para as empresas, já que a estrutura de produção (máquinas, equipamentos e edificações) gera desembolsos de manutenção e carregamento altos. “Esse custo não desaparece. Isso espreme e dificulta ainda mais a situação financeira das empresas.”

A pesquisa também aponta que a expectativa quanto ao estoque das indústrias era de que ele crescesse em 2016, pela diminuição da atividade econômica. No entanto, os números estão abaixo do planejamento esperado. Em escala de zero a 100, o projetado na região era de 42, mas está em 32,8. Para Maskio, o número pode ser interpretado de duas formas.

A primeira mostra que o recuo significa queda do tamanho da empresa, já que a diminuição do volume de itens fabricados e não comercializados não se dá por melhora expressiva da demanda, pelo fato de as empresas estarem vendendo menos. “É muito mais o reflexo do próprio ajustamento da escala de produção, da indústria estar reduzindo seu tamanho.”

A outra é que, no entanto, pela quantidade estar abaixo da projeção, pode ser um sinalizador positivo, indicando aumento na produção dos próximos meses para atingir esse patamar.

O boletim também destaca o Índice de Confiança do Empresário Industrial. O nível na região (39,3) está abaixo do nacional (47,3) e do estadual (45,9). Neste caso, quanto mais perto de 100, melhor; 50 mostra indiferença e abaixo desse valor, pessimismo. EXPECTATIVA - A projeção para o futuro demonstrou aumento na intenção de investimento dos empresários; de janeiro para julho, passou de 34,4 para 48,6.

Para Maskio, o impeachment pode ter um reflexo, a curto prazo, nas expectativas, que durante o mandato interino se mostraram melhores. “A longo prazo, é preciso pensar em projeto de fôlego para indústria nacional, algo que há muitos anos não temos”, avalia o coordenador.